



ESTADO DE GOIÁS

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO – CTPCC

PAUTA DA REUNIÃO

70ª Reunião Ordinária do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção

Data: 30 de abril de 2025 às 14:30horas – Via Plataforma TEAMS

Pauta:

1. Leitura da Ata do dia 12 de março de 2024;
2. Indicação de Entidades da sociedade civil, para substituição das entidades que não compõem mais o Conselho;
3. Lançamento dos Prêmios do PCP – 2025:
 - 3.1. Governança do Compliance Público (Lucimar Prado e Silva – Gerente de Auditoria do Programa de Compliance Público);
 - 3.2. Ética e Responsabilidade (Ricardo Orsini – Gerente de Promoção de Valores);
 - 3.3. Goiás mais Transparente (Júnior José Costa – Gerente de Transparência Institucional);
 - 3.4. Ouvidoria Pública (Haleária Alves de Alencar – Gerente de Ouvidoria);
4. Semana de Governo Aberto (Thiago Barros F. de Farias – Assessor).

DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO

No dia 30 de abril de 2025, às 14h:36 (quatorze horas e trinta e seis minutos), teve início, em primeira convocação, via plataforma TEAMS, contando com a presença de 12 (doze) dos seus membros, titulares e suplentes, a 70ª Reunião Ordinária do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção – CTPCC. Na ocasião o Sr. Diego Ramalho Freitas, Secretário Executivo do Conselho, declarou aberta a reunião e apresentou a pauta do dia. Submetida à aprovação, pelos presentes, a ata da 69ª Reunião Ordinária foi aprovada sem ressalvas. Em seguida, passou-se ao segundo item da pauta, a indicação de entidades da sociedade civil para substituição daquelas que não compõem mais o conselho. Diego informou o recebimento de três indicações: Conselho Regional de Economia do Estado de Goiás (CORECON-GO), Conselho Regional de Contabilidade (CRC-GO) e Conselho Regional de Administração (CRA-GO). Colocou-se em votação, obtendo a aprovação das entidades apresentadas, sem manifestação contrária. Os conselhos indicados serão convidados a se apresentar formalmente na próxima reunião. Diego passa a palavra para a Sra. Lucimar Prado e Silva, Gerente de Auditoria do Programa de Compliance Público, para apresentar a pauta Lançamento dos Prêmios do PCP – 2025: Governança do Compliance Público. Lucimar inicia destacando o objetivo principal: reconhecer e premiar boas práticas de governança e gestão de riscos que demonstrem alinhamento dos controles estratégicos institucionais, visando uma gestão pública mais eficiente e com entrega de valor à sociedade. Contextualizou que esta



ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO – CTPCC

seria a sétima edição geral do programa Programa de Compliance Público (PCP) iniciado em 2019, e a segunda edição do prêmio especificamente focado em Governança, separado dos demais eixos desde 2024. Foram detalhados os 14 quesitos de avaliação para 2025, com ênfase nas inovações: Exigência de evidência da gestão de riscos dentro do planejamento estratégico institucional; avaliação da capacitação dos titulares das unidades administrativas e dos membros de conselhos (fiscais e de administração) em gestão de riscos, uma evolução baseada no feedback da rede de compliance; Inclusão de um curso sobre gestão de riscos no smartsheet e o futuro lançamento de um novo sistema de gerenciamento de riscos com capacitação associada; manutenção de quesitos existentes, como capacitação de gestores/fiscais de contrato e acompanhamento de contratos relevantes para retenção de IR; transformação do quesito de práticas ESG (Ambiental, Social e Governança) de complementar para obrigatório, dada a boa adesão e relevância observada; inclusão de um novo quesito sobre LGPD, com 6 critérios a serem cobrados; incorporação do índice de eficiência na execução financeira e orçamentária (criado pela Secretaria de Economia em 2024, referente ao ano de 2023). Lucimar explicou a atualização da pontuação para as premiações (prata, Ouro e Diamante), alinhando-a com o prêmio Goiás Mais Transparente, refletindo a maturidade alcançada na governança e permitindo maior exigência dos órgãos. Mencionou os parceiros internos (Gerências de Auditoria de Gestão de Riscos, Monitoramento, Execução de Contratos, Subcontroladoria de Operações Especiais, Assessoria de Auditoria Interna de Harmonização e Gestão Estratégica, Assessoria da Chefia do Núcleo de projetos governamentais e Escritório de Projetos Setoriais) e externos (Secretaria-Geral de Governo - SGG, Secretaria de Estado da Economia, SEAD - Escola de Governo, Procuradoria-Geral do Estado - PGE) que colaboraram na construção e avaliação do prêmio. Destacou-se a transparência na divulgação das notas, permitindo que cada órgão acompanhe seu próprio desempenho em relação aos critérios, não mais em um ranking competitivo entre órgãos. A Dra. Mheliza Mariani Mendes Loyola Rios Machado solicitou a palavra para se apresentar formalmente como a nova representante da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) no Conselho e, agradecendo a explanação da Sra. Lucimar. Diego Ramalho deu as boas-vindas à Dra. Mheliza, e passou a palavra para o Sr. Ricardo Orsini, Gerente de Promoção de Valores, para apresentar a pauta Lançamento dos Prêmios do PCP – 2025: Ética e Responsabilidade. Ricardo ressaltou que o Prêmio engloba tanto a ética quanto a responsabilização, ampliando o escopo para além da responsabilização de entidades, focando também na dos agentes públicos. O objetivo central é incentivar a participação ativa dos servidores na internalização dos princípios e valores éticos da administração pública, considerando esta a "primeira ponta" do compliance, enquanto a aplicação de medidas legais seria a "ponta final". O trabalho visa "desequilibrar a balança" em favor da internalização da ética. O escopo do prêmio abrange: responsabilização de agentes públicos, responsabilização de entes privados, contratantes, resolução consensual de conflitos (mediação, TAC, TCC) e a própria ética. Foi explicado o sistema de premiação (Diamante, Ouro, Prata), enfatizando que não há ranqueamento entre as pastas; cada uma busca atingir o nível Diamante através de seu próprio esforço. Uma novidade para 2025 é o maior equilíbrio na pontuação entre atividades obrigatórias e complementares, buscando valorizar mais as ações "in company" e aquelas com maior efetividade no ambiente de trabalho (palestras, encontros focados em regras, compliance, ética). O tema da responsabilidade dos agentes públicos terá maior destaque, com foco em capacitações sobre temas recorrentes, como o abandono de cargo, para evitar transgressões por desconhecimento. As atividades do prêmio incluem: promover capacitação de servidores,



ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO – CTPCC

atividades internas promovidas pelas pastas, divulgações temáticas (redes sociais, canais internos), valorização de publicações acadêmicas/científicas, atuação dos comitês da mulher e da diversidade. O Questionário de Ética terá uma metodologia nova, não apenas verificando a leitura do código de ética, mas mapeando a cultura organizacional (adesão a regras, percepção de autoridade, liderança), cujos dados subsidiarão ações da CGE e das pastas. Em seguida, o Sr. Júnior José Costa, Gerente de Transparência Institucional, apresentou a pauta Lançamento dos Prêmios do PCP – 2025: Goiás mais Transparente. Junior inicia com um breve histórico, mencionando os 7 anos do prêmio (desde 2019) e sua evolução, incluindo a parceria com o Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) em 2023 que alinhou metodologias e resultou em reconhecimento positivo (100% no ranking ATRICON 2024 e a adesão à OGP). Os objetivos principais são: padronizar páginas de acesso à informação, aperfeiçoar continuamente a transparência, inovar com boas práticas, fortalecer o controle social e reconhecer esforços com selos de qualidade. A abrangência inclui todos os órgãos da administração direta e indireta (Poder Executivo Estadual), totalizando 52 entidades/páginas avaliadas. Uma novidade é que as empresas estatais serão avaliadas também pelo Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), da ATRICON. A metodologia está alinhada com a ATRICON, diretrizes legais (LRF, LAI federal e estadual) e avaliações externas (Transparência Internacional Brasil e MBT/EBT da CGU). Os critérios e indicadores são cobrados dos órgãos estaduais. A avaliação é dividida em duas categorias: Categoria 1 (Órgãos, Autarquias e Fundações) e Categoria 2 (Empresas Estatais, com regramento próprio). Os critérios são classificados como essenciais/obrigatórios e recomendados. Devido à influência de novos rankings e avaliações externas, houve um acréscimo de critérios, e serão realizadas visitas e consultorias aos órgãos. A metodologia detalhada para cada categoria é divulgada no site da CGE. Outra novidade, a pedido dos órgãos, será a concessão de um selo de destaque em transparência para 3 órgãos e 3 empresas que se sobressaírem, mesmo dentro do nível Diamante, como reconhecimento adicional. Diego apresentou o Sr. Breno Silva, servidor do TCM-GO e suplente da Conselheira Lara Cristina. Breno se apresentou, confirmado sua condição de suplente e explicando a ausência da titular por motivo de viagem. Em seguida, a Sra. Haleária Alves de Alencar, Gerente de Ouvidoria da CGE, apresenta a pauta Lançamento dos Prêmios do PCP – 2025: Ouvidoria Pública. Haleária traz este prêmio, que está em sua segunda edição. Mencionou que a primeira premiação ocorreu em março, com feedbacks positivos sobre seu impacto. Os objetivos são reconhecer as atividades dos Ouvidores que se empenham na qualidade do serviço ao cidadão e incentivar a melhoria contínua. A avaliação divide-se em critérios obrigatórios, essenciais e recomendáveis. As 49 ouvidorias do estado são divididas em 3 grupos (A, B e C) com base no volume anual de manifestações e na complexidade dos temas tratados (Grupo A: Setoriais de maior volume/complexidade; Grupos B/C: Adjuntas com menor volume). Ouvidorias adjuntas recebem suporte técnico da CGE e das setoriais. A metodologia própria desenvolvida para o prêmio possui dois eixos principais: Indicadores Operacionais: Avaliam o tempo de resposta e a nota de recomendação (satisfação do cidadão), medidos pelo sistema da Controladoria. Programa de Maturidade: Avalia 37 boas práticas (gestão, estrutura, gerenciamento de pessoas, práticas profissionais, cultura organizacional, governança). O programa possui 5 níveis, do básico (1) à excelência (5). Atualmente, a maioria das ouvidorias está no nível 2, com algumas (nível de gerência) já no nível 3. Para alcançar o nível Diamante, a ouvidoria (se for de nível gerência) precisa cumprir 100% dos critérios essenciais/obrigatórios e obter no mínimo 90 pontos (de 100) nos demais critérios. Lucimar informou no chat que havia disponibilizado o link de acesso aos



ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO – CTPCC

regulamentos completos dos 4 prêmios de 2025, disponíveis na página da CGE, facilitando o acesso também via QR Code fornecido. Diego agradeceu as apresentações e passou a palavra para O Sr. Weyk Wagne Barbosa Gomes, superintendente da Controladoria Especializada em Participação Cidadã, que traz: Relato Preliminar sobre Reunião OGP Local. Weyk falou sobre uma reunião do Grupo de Parceiros Locais da OGP (GP local) ocorrida na manhã do mesmo dia. Destacou que a reunião foi importante para dar foco e evidenciar as ações que estão sendo desenvolvidas dentro dos quatro compromissos que o Estado de Goiás firmou no âmbito do projeto OGP, fortalecendo a participação cidadã. Mencionou o processo de validação IRM (Mecanismo de Relatório Independente da OGP), que busca validar todas as etapas do trabalho realizado em Goiás, desde a criação do fórum até a aprovação dos compromissos e ações. Informou que o órgão validador para Goiás é a Universidade Federal de Goiás (UFG), por meio da Funap e da Dra. Daniela. O trabalho atual consiste em municiar a UFG com todas as informações solicitadas, garantindo total transparência. Citou a existência de um Painel (site) que está sendo desenvolvido para apresentar todo o histórico do trabalho da CGE e dos membros do fórum OGP em Goiás. Relatou que a reunião contou com a participação de membros internacionais, incluindo representantes do Canadá e da Ásia, que demonstraram grande interesse nas iniciativas de governo aberto implementadas por Goiás. Concluiu informando que, no momento, a equipe recebeu as instruções e o relatório para o preenchimento do plano de ação para validação e que darão transparência a todo o processo subsequente. Em seguida, o SR. Thiago Barros F. de Farias, Assessor CGE/Go trouxe informações sobre a Semana de Governo Aberto. Thiago iniciou contextualizando a participação de Goiás na OGP, mencionando interações internacionais recentes, como uma reunião no mês anterior com o governo de Kiev (Ucrânia) para apresentar o programa Estudante de Atitude, e o tratamento de uma parceria com um município na Colômbia para implementar ações similares. Ressaltou que a OGP funciona como uma "janela" para Goiás mostrar suas ações. Introduziu formalmente a "Semana de Governo Aberto aqui no Brasil". Explicou que, embora eventos da OGP ocorram globalmente ou regionalmente (América Latina), esta semana é uma iniciativa específica para mobilizar os membros brasileiros da OGP. A organização é uma coordenação conjunta dos estados de Santa Catarina e Goiás, e dos municípios membros (São Paulo, Contagem, Osasco e Vitória da Conquista). A Semana é promovida pela Rede Brasileira de Governo Aberto (RBGA). Thiago explicou a formação recente desta rede: iniciada com a parceria da CGU e Governo de São Paulo (únicos membros até 2020), a necessidade de uma coordenação política e de debate se tornou clara com a entrada de mais membros. Tratativas iniciadas em 2022 levaram à assinatura de uma carta de intenções em 2023 para formalizar a rede, visando fortalecer a pauta no Brasil. O objetivo da Semana é ser um período de mobilização promovido pela parceria para o governo aberto, reunindo governo e sociedade civil para discutir caminhos para fortalecer e melhorar a transparência, a integridade, a participação social, a inovação e a responsabilidade nas políticas públicas. Funciona como um espaço de debate crítico e colaborativo entre academia, sociedade civil e governo. Convidou formalmente os conselheiros para participarem do evento principal da Semana: Data e Hora: Dia 23 de maio, às 9:30 da manhã. Formato: Encontro online, via plataforma Zoom, com transmissão ao vivo (espelhamento) pelo canal do YouTube da CGE. (Qualquer alteração será comunicada). Detalhou o roteiro (agenda) previsto para o evento de 23 de maio: Abertura. Painel dos Governos: Apresentação dos governos que fazem parte da OGP sobre os avanços nos planos de ação (tanto os que já estavam antes de 2024 quanto os novos membros, como Goiás e Vitória da Conquista), compartilhando



ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO – CTPCC

experiências e iniciativas de destaque recém-ingressas. Painel sobre a Sociedade Civil: Discussão com representantes da OPA (Observatório do Pacto pela Educação) e OGP local (Fórum de Entidades Acadêmicas da OGP. Será convidada a representante da OGP local, Florinda Romo, para falar sobre a importância da conformação de uma cultura de governo aberto no Brasil. Dinâmica e Mapeamento de Temas: Atividade final visando preparar o sexto encontro brasileiro de governo aberto, que será presencial em agosto, em local ainda a ser definido. Forneceu uma atualização sobre os compromissos de Goiás na OGP: Dois compromissos foram aprovados no âmbito do "Open Government Challenge": 1) Promover a Educação Cidadã e aumentar a participação social; e 2) Consolidar o estado de Goiás como referência em transparência pública. O resultado desta premiação (Challenge) será divulgado em agosto. Caso Goiás seja premiado, receberá o reconhecimento no Summit da OGP, que ocorrerá na Espanha em outubro. Informou que estão em fase de elaboração do relatório inicial (IRM – Independent Reporting Mechanism), cujo monitoramento externo é feito pela Funap (mencionando "o que o Weyk já mencionou). Está ocorrendo a primeira auditoria do processo de criação do plano de ação de Goiás, desde a criação do fórum em 2023 até a submissão final em 2024, para entender melhor o processo. O Sr. Thiago concluiu sua apresentação agradecendo e passando a palavra de volta para o Diego, que agradeceu ao Sr. Thiago pela apresentação. Reforçando que a discussão sobre governo aberto tem sido muito importante para o Conselho e destacando a relevância internacional do tema. O Dr. Juscimar Ribeiro, representante da OAB, parabenizou a equipe da CGE pelo lançamento e condução dos programas e premiações, ressaltando a importância do trabalho para a transparência e boa gestão dos recursos públicos em Goiás. O Sr. Diego agradeceu a participação ativa da OAB, mencionou a presença da Dra. Ana Carolina Miranda Bastos do Vale (suplente OAB) mais cedo na reunião. Não havendo mais assuntos a tratar, às 15h24 (quinze horas e vinte e quatro minutos), o Secretário Executivo declarou encerrada a reunião.

Nome	Assinatura
Controladoria-Geral do Estado	
Titular 1: (Presidente) Marcos Tadeu de Andrade	
Suplente: Francisco Taveira Neto	
Titular 2: (Secretário Executivo): Diego Ramalho Freitas	-
Suplente: Bruno Carvalho Cavalcante Rolim	
Secretaria de Estado da Casa Civil	
Titular: Renatto Neves Vieira	-
Suplente: Rodrigo Carvalho Curvo	
Secretaria de Estado da Economia	
Titular: Juliana Manzi Porto	



ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO – CTPCC

Suplente: Ronaldo Pinheiro de Araújo	-
Procuradoria-Geral do Estado	
Titular: Mheliza Mariani Mendes Loyola Rios Machado	-
Suplente: Andréa Cristina Gomes dos Santos	
Secretaria de Estado de Estado da Administração	
Titular: Fabiane Falcomer dos Santos	
Suplente: Roberta Rodrigues Costa	
Fórum Goiano de Combate à Corrupção	
Titular: Aguardando Indicação	
Suplente: Aguardando Indicação	
Associação Goiana de Imprensa	
Titular: Jales Rodrigues Naves	
Suplente: Valterli Leite Guedes	
Fórum Empresarial	
Titular: Rubens Fileti	
Suplente: Regina Guimarães de Moraes e Silva Falbo	-
Grande Loja Maçônica do Estado de Goiás	
Titular: Carlos Alberto Barros de Castro	
Suplente: Mário Martins de Oliveira Neto	
Fórum das Universidades Privadas	
Titular: Regina Ster de Moraes	-
Suplente: Jorge de Jesus Bernardo	
Universidade Federal de Goiás	
Titular: Prof. Kleber Domingos de Araújo	
Suplente: Pedro Henrique Evangelista Duarte	
Universidade Estadual de Goiás	



ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO – CTPCC

Titular: Cristhyan Martins Castro Milazzo	
Suplente: Neusa Maria Ravaroto	
Ministério Público Estadual	
Titular: Fabiana Lemes Zamalloa do Prado	
Suplente: Adriano Godoy Firmino	
Tribunal de Contas dos Municípios	
Titular: Lara Cristina de Olival Kovtunin	
Suplente: Breno Silva	-
Sindicato dos Gestores Governamentais do Estado de Goiás	
Titular: Edmilson Moura de Oliveira	-
Suplente: Eduardo Aires Berbert Galvão	
Ordem dos Advogados do Brasil	
Titular: Juscimar Pinto Ribeiro	-
Suplente: Anna Carolina Miranda Bastos do Vale	-
Fórum em Defesa dos Servidores e Serviços Públicos do Estado de Goiás	
Titular: Aguardando Indicação	
Suplente: Aguardando Indicação	
Comitê para Democratização da Informática	
Titular: Isabel Sampaio Antonácio Monteiro	-
Suplente: Quimicolamamoto Pacheco	
Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Goiânia	
Titular: Helena Machado Ribeiro	
Suplente: Luiz Antônio Ribeiro de Souza	-